



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Relatório da Administração

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T22 e 2022				
Demonstração do Resultado				
	(Valores em milhares de reais, exceto percentuais)			
	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)
Receita operacional líquida	551.518	100,00%	366.628	100,00%
Custo dos serviços prestados	(307.776)	-55,81%	(167.515)	-45,69%
Lucro antes da depreciação	243.742	44,19%	199.113	54,31%
Custo de depreciação	(96.008)	-17,41%	(46.751)	-12,75%
Lucro bruto	147.734	26,79%	152.362	41,56%
Recargas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(104.851)	-19,01%	(40.662)	-11,09%
Outras recargas (despesas), líquidas	1.830	0,33%	(2.146)	-0,59%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	44.713	8,11%	109.554	29,88%
Resultado de equivalência patrimonial	7.717	1,40%	724	0,20%
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	157.839	28,62%	105.580	28,80%
Despesas financeiras	(251.646)	-45,63%	(103.549)	-28,24%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.377)	-7,50%	112.309	30,63%
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(36.895)	-6,69%	(36.427)	-9,94%
Diferido	(4.337)	-0,79%	(16.745)	-4,57%
Prejuízo do exercício	(82.609)	-14,98%	59.137	16,13%

Despesas gerais e administrativas
No ano de 2022, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$104.851 mil comparativamente a R\$40.662 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$64.189 mil ou 157,9%. As despesas gerais e administrativas representaram -19,0% e -11,1% da receita líquida nos respectivos anos de 2022 e de 2021. Esse aumento é atribuído substancialmente ao reforço da estrutura administrativa para consolidação dos ativos recém adquiridos, bem como pela incorporação de uma das unidades (Ecopesa) na Orizon Meio Ambiente S/A.

Outras recargas (despesas), líquidas
As outras recargas, líquidas, no período findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$1.830 mil comparativamente a uma despesa líquida, de R\$2.146 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma diferença de R\$3.976 mil. Esse aumento é atribuído, substancialmente, a Consolidação dos ativos recém adquiridos.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$44.713 mil comparativamente ao lucro de R\$109.554 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma redução que pode ser atribuída substancialmente aos Custos dos serviços prestados e dos não recorrentes inerentes as aquisições, aumento de custos com depreciação e provisão para fechamento de ativos oriundos dos ativos recém adquiridos.

Resultado financeiro, líquido
O resultado financeiro, líquido em 2022 foi uma despesa financeira líquida de R\$93.807 mil comparativamente a um resultado financeiro, líquido, negativo de R\$2.031 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma significativa diferença deflora, substancialmente das seguintes fatores: (a) correção de valores de aquisições a pagar, sendo, (a.1) R\$ 27.300 mil da parte do pagamento à Jive atrelada ao preço da ação da ORVR3 (ações entregues à Jive no âmbito do aumento de capital privado a um preço de R\$ 39,70 por ação), (a.2) R\$ 15.884 mil relativos a correção da parcela paga em dinheiro à Jive, corrigida pelo IPCA + 11% a.a., e (b) R\$ 6.599 mil relativos a variação cambial passiva do contábil a receber de créditos de carbono.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social
No ano de 2022, o Resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um prejuízo de R\$41.377 mil comparativamente ao lucro de R\$112.309 mil no ano de 2021, e pode ser atribuído substancialmente aos fatores mencionados anteriormente, principalmente pela incorporação gradual dos ativos oriundos das Aquisições e do ramp up de Novas Operações e pelos custos oriundos dos ativos recém adquiridos já terem ocorrido no momento da compra dos ativos.

Imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social no exercício de 2022 foi de R\$41.232 mil comparativamente a R\$53.172 mil no ano de 2021, o que representou uma redução de R\$11.940 mil ou 22,5%. Imposto de renda e contribuição social representou 7,5% e 14,5% da receita líquida em 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução pode ser atribuída substancialmente a consolidação dos novos ativos recém adquiridos e a incorporação da Ecopesa na OMA.

Lucro líquido (prejuízo) do período
Em 2022, a Companhia encerrou com resultado líquido negativo de R\$82.609 mil comparativamente ao lucro de R\$59.137 mil no mesmo período de 2021. Essa redução é atribuída substancialmente aos itens destacados acima, a destacar o impacto dos custos provenientes dos ativos recém adquiridos.

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela apresentação adequada das informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Acreditamos que as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões.

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de revisão da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de revisão da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.



Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo									
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.002	1.007	28.669	2.131	3	6.264	12.270	37.468
Títulos e valores mobiliários	4	99	165.435	1.441	169.674	13	6.685	2.148	15.080
Contas a receber de clientes	5	75.772	19.122	269.775	138.632	14	26.889	29.301	61.494
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	5.508	1.245	11.985	5.953	15	101	101	11.415
Adiantamentos	8.a	41.965	18.210	61.955	26.174	16	9.400	6.257	22.910
Total do ativo circulante		128.346	205.019	373.825	342.564	6.b	5.855	4.052	41.205
Não circulante						17	6.705	1.364	17.904
Debêntures	10	419.967	660.912	419.967	660.912	19	12.514	11.111	21.928
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.660	14.660	20	2.953	-	15.146
Partes relacionadas	7	218.318	54.204	194.519	74.546	8.b	1.526	2.018	26.471
Depósitos judiciais e cauções	18.c	6.572	5.775	6.578	5.977	Total do passivo circulante	85.492	68.622	271.021
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	62.372	65.981	62.372	65.981	Não circulante			
Adiantamentos	8.a	7.018	116	13.140	8.017	Empréstimos e financiamentos	13	944.844	533.156
Investimentos	9	1.240.113	480.659	39.281	4.422	13	14.873	4.224	40.676
Imobilizado	11	160.261	107.227	670.454	293.021	17	19.920	6.439	55.622
Intangível	12	76.354	70.120	630.286	90.800	9	5.789	158	158
Direito de uso	13	10.923	6.244	42.258	17.541	7	494.880	244.521	225.025
Total do ativo não circulante		2.201.898	1.457.238	1.993.515	1.234.157	18	17.140	12.974	22.914
Total do ativo		2.330.244	1.662.257	2.367.340	1.576.721	20	37.742	-	37.742
						8.b	-	-	26.183
						Total do passivo não circulante	1.535.198	801.472	1.386.765
						Total do passivo não circulante	1.535.198	801.472	1.386.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)						
Nota	Capital social	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	21	806.843	14.401	10.359	156.654	733.262
Lucro líquido do exercício		-	-	-	59.137	59.137
Saldos em 31 de dezembro de 2021		806.843	14.401	10.359	156.654	792.163
Prejuízo do exercício		-	-	-	(82.609)	(82.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		806.843	14.401	10.359	156.654	709.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	112.162	51.707	366.628
Custo dos serviços prestados	23	(102.712)	(65.275)	(403.784)
(Prejuízo) Lucro bruto		9.450	(13.568)	147.734
Recargas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e com vendas	23	(76.209)	(28.174)	(104.851)
Outras recargas (despesas), líquidas		11.937	16.615	1.830
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		(54.822)	(25.127)	44.713
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	24	153.723	101.476	157.839
Despesas financeiras	24	(209.835)	(84.755)	(251.646)
Resultado de equivalência patrimonial	9	35.534	84.288	7.717
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(75.400)	75.882	(41.377)
Imposto de renda e contribuição social	6.c	(3.600)	-	(36.895)
Corrente		(3.609)	(16.745)	(4.337)
Diferido				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(82.609)	59.137	(82.609)
Lucro líquido básico por ação		(23,54)	16,85	(23,54)
Lucro líquido diluído por ação		(23,54)	16,85	(23,54)

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		125.401	59.091	620.735
Serviços prestados		131.229	60.148	625.593
Provisão de para créditos de liquidação duvidosa		(5.828)	(1.057)	(4.858)
Insumos adquiridos de terceiros		(54.919)	(21.753)	(225.407)
Custo dos serviços prestados		(49.608)	(39.425)	(205.370)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.311)	17.672	(19.677)
Valor adicionado bruto		70.482	37.338	395.688
Retenções		(41.789)	(10.943)	(132.469)
Depreciação e amortização		(41.789)	(10.943)	(132.469)
Valor adicionado líquido produzido		28.693	26.395	263.219
Valor adicionado recebido em transferência		195.407	191.587	171.490
Resultado de equivalência patrimonial		35.534	84.288	7.717
Receitas financeiras		159.873	107.299	163.773
Valor adicionado total a distribuir		224.100	217.982	434.709
Distribuição do valor adicionado		224.100	217.982	434.709
Pessoal		59.397	39.302	126.614
Remuneração direta		35.798	26.117	80.821
Benefícios		5.207	1.914	8.571
FGTS		3.890	2.047	6.877
Outros		14.502	9.224	30.345
Impostos, taxas e contribuições		32.427	31.009	121.240
Federais		26.004	28.027	90.213
Estaduais		258	243	3.048
Municipais		6.165	2.739	27.979
Remuneração de capital de terceiros		214.885	88.534	269.646
Aluguéis		5.050	3.779	17.818
Despesas financeiras		209.835	84.755	251.646
Remuneração de capitais próprios		(82.609)	59.137	(82.609)
Lucros retidos do exercício		(82.609)	59.137	(82.609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional
A Orizon Meio Ambiente S.A. ("Companhia") foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: **Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos**: A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), três plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 12 (doze) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. **Energia de Biogás**: Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono: A Orizon Meio Ambiente vem explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 36.000 Nm3 por hora de biogás em 06 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 60MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras no contexto da geração de eletricidade. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás no formato take-or-pay com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa comercializa biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente, participa de joint venture (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Já em Paulínia, o aterro sanitário, recém-adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano que, por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono, as controladas da Orizon Meio Ambiente, possuem através de seus aterros geração anual de ordem de 2,0 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa, com projeção de alcançar 3,4 milhões de créditos de carbono por ano até o final de 2023. **Benefícios Ambientais de Resíduos**: Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2022, a Orizon Meio Ambiente conta com 04 (quatro) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderúrgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada; (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia e (vi) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba. **Engenharia Ambiental**: A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) mediação de áreas contidas, (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental, (iv) gerenciamento de resíduos, (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera, dentre outros. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: **Controladas diretas**: a) **Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI")**: A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB), daquele município, dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: - **Objeto**: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. - **Início**: 15 de dezembro de 2000. - **Término**: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalado, bem como gera créditos de carbono para comercialização. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) **Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA")**: Em 26 de novembro de 2008, a Orizon Meio Ambiente adquiriu a CTRA, concessionária do aterro sanitário do município de São Gonçalo (RJ). A CTRA despenha, única e exclusivamente, as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaoca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos de vinte municípios, tais como São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tangará, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SSEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás, sendo que, atualmente, a SSEGAR está em fase de implantação de uma usina termelétrica de geração de energia a partir do biogás de aterro sanitário. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. **Termo de composição e ajuste de entendimentos**: Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante a CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A CTRA e a PMSG convencionaram que a quantia estimada de R\$28.904 deveria ser liquidada pela PMSG de ¹ **Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.**

forma diferida, até o prazo limite de 31 de dezembro de 2020, em parcelas mensais no valor de aproximadamente R\$407 mil desde a homologação do termo firmado até a conclusão do trabalho pericial, quando então as parcelas mensais seriam redimensionadas de modo que a liquidação ocorresse até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data, o saldo devedor era de R\$14.660. Eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 2020, conforme verificado pelo perito, deveria ser liquidado em parcelas mensais a iniciar em 01 de janeiro de 2021, com valor mensal de aproximadamente R\$825 mil (corrigido pelo IPCA a partir da data de assinatura do termo), em tantas parcelas quantas necessárias até a liquidação integral do eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 31 de dezembro de 2020. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$14.660, conforme movimentação de recebimentos apresentada na Nota 5. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição e ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R\$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R\$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. A diferença entre o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 e o montante do novo acordo firmado de R\$ 7.767 é referente à correção dos valores não quitados do acordo anterior. Com base no termo firmado, a CTRA obteve junto à PMSG e ao MPRJ, a extensão do prazo do contrato de concessão para 2030, além da ratificação sobre o direito de atualização dos saldos a receber junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Adicionalmente, após termo de entendimento firmado entre a controlada CTRA, o MPRJ e a PMSG, foi iniciada perícia para levantamento dos valores



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Em conformidade com o CPC 15, o excedente pago na aquisição foi alocado em caráter provisório como mais valia de licença, em razão da SPE Macelo possuir licença de concessão. Em toda a operação, a Orizon Valorização entregou, no âmbito do aumento de capital privado anunciado em 26 de dezembro de 2022, o valor total de R\$ 1,81 bilhões para a Jive ao preço unitário de R\$39,70, totalizando o montante de R\$32,418. As condições de pagamento estão detalhadas na nota explicativa 20. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):** A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - "Business Combination". A combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - "Business Combination" é a aquisição de IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das SPEs são preliminares conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):**

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaboraí	Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	SPE Macelo	Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	95.598	16.963	18.890	38.267	49.313	18.473	10.345	40.830	287.879
Mais valia - Imobilizado	26.023	4.154	3.762	1.176	2.544	11	-	-	37.670
Mais valia - Licenças	165.065	-	18.570	-	56.079	-	-	143.233	382.947
Mais valia - Carteira de clientes	-	-	1.000	-	-	1.799	-	-	2.799
Total das mais valias	191.088	4.154	23.332	1.176	58.623	1.810	-	143.233	423.416
Ativos líquidos identificáveis	286.686	21.117	41.422	39.443	107.936	20.283	10.345	184.063	711.295
Provisão no preço de alocação	-	-	-	-	-	-	-	(4.799)	-
Ativos líquidos identificáveis ajustado da provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	706.496
Preço de aquisição - Contraprestação	-	-	-	-	-	-	-	-	701.000
Ganho na aquisição de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.496

A Companhia avaliou a aquisição da UPI Aterros como um único bloco de investimento, considerando que as condições apresentadas somente se realizam quando da avaliação dos ativos como um todo, tendo sido o valor justo dos ativos adquiridos avaliado como R\$711.295 e o preço de aquisição R\$701.000. Com isso, na combinação de negócios realizada de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", foi auferido o resultado de R\$ 10.295, reconhecido dentro de outras receitas operacionais, na demonstração do resultado do exercício. Embora o montante não seja significativo (inferior a 2% da transação), pode-se atribuir que a compra vantajosa se deu por conta do ambiente de recuperação judicial em que se encontrava o vendedor dos ativos, bem como da posição favorável dos compradores, que eram os principais credores do alienante. As SPEs contribuíram com receitas de R\$190.397 e prejuízo de R\$9.448 da data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 na demonstração do resultado consolidado.

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaboraí	Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	Total
Recarga operacional líquida	100.208	7.748	23.022	5.194	39.851	14.374	-	190.397
Lucro líquido (Prejuízo)	6.914	(2.562)	(2.434)	(8.943)	4.820	(6.686)	(557)	(9.448)

Usando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem a intenção de incorporar os ativos adquiridos, com isso utilizando a dedutibilidade da amortização da mais valia dos ativos identificáveis, motivo pelo qual não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. **Orizon Locação Ltda. (antiga Orizon Locações Ltda.):** A Orizon Pantanal tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas da Companhia de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, que tem por objeto tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Fox Inova Ambiental S.A. ("Fox Inova") e a Fox Holding S.A. ("Fox Holding"), alienaram suas participações societárias direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. **Controladas indiretas:** **i) UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"):** Em 16 de dezembro de 2021, foi celebrado Instrumento Particular de Mútuo com Confissão de Dívida e Outras Avenças, por meio do qual a Orizon Meio Ambiente concedeu determinado crédito para a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), para fazer frente aos investimentos iniciais do projeto no âmbito da constituição da UTE Paulínia, sendo que tal mútuo foi quitado em janeiro de 2022. A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com as empresas supracitadas, visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerando o alérgo localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW Médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R\$ 18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidada da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R\$129.104, refletindo a operação total da usina termelétrica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. **Controladas indiretas:** **j) Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. ("CGR Ambiental")** Combinação de negócios: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. A aquisição ocorreu da seguinte forma: **1. Preço da aquisição:** R\$66.000 com o seguinte cronograma de pagamento: (1) R\$46.000 liquidados na data do fechamento; (2) R\$10.000 liquidados 30 dias após a data de fechamento; (3) R\$5.000 liquidados 60 dias após a data de fechamento; (4) R\$5.000 com vencimento em 5 anos, que será corrigido a partir da data de fechamento pela variação correspondente de 105% da Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido no seu contas a pagar o montante de R\$5.596. A Companhia tem a intenção de operacionalizar a gestão deste aterro com o **outro player do setor** e vem discutindo as condições contratuais para a conclusão desta negociação. No início de 2023 a companhia começou a quitar junto aos vendedores parte do valor anteriormente retido. **Controladas indiretas:** **k) Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. ("CGR Ambiental")** Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CGR Cuiabá e da CGR Ambiental são preliminares conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. Em março de 2023, a Companhia finalizou o período da mensuração dos saldos de aquisição através de formalização dos laudos finais assinados, não tendo identificado necessidade de ajustes aos saldos iniciais de aquisição. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

	CGR Cuiabá	CGR Ambiental	Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	2.492	1.136	3.628
Mais valia - Imobilizado	3.262	-	3.262
Mais valia - Licenças	56.134	5.020	61.154
Provisão de Fechamento do Aterro	(1.888)	(156)	(2.044)
Total das mais valias	60.000	6.000	66.000
Ativos líquidos identificáveis a valor justo	60.000	6.000	66.000
Preço de aquisição - Contraprestação	60.000	6.000	66.000

As empresas adquiridas contribuíram com receita bruta de R\$210.526 e prejuízo de R\$8.892 da data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 na demonstração do resultado consolidado. A Administração tem a intenção de incorporar e/ou fundir a CGR Cuiabá e CGR Ambiental, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais; dessa forma, considerou as bases fiscais dos ativos e passivos iguais às bases contábeis, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados aos ativos. **Controladas em conjunto:** **k) SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec"):** A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase avançada de encerramento desta controlada. **l) Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon"):** A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insusmos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos firmes siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único sócio a Companhia Siden as Normais, operando com a capacidade total disponível. **Impacto do Covid-19:** A Companhia continua monitorando o cenário pandêmico do novo Coronavírus ("COVID 19") e a evolução da vacinação. No ano de 2022 não houve restrição de funcionamento ou impacto nas operações e no julgamento das estimativas contábeis em decorrência da Covid-19. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia, diante da ausência de indicadores que levassem a Companhia a verificar e mensurar eventuais montantes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de março de 2023. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		31/12/2022	31/12/2021
CTRN1	Controlada	100	100
CTRA	Controlada	100	100
CTRBM	Controlada	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada	100	100
Ecopesa	Controlada	100	100
UTM Jaboatão	Controlada	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itaboraí	Controlada	100	-
SPE Itapevi	Controlada	100	-
SPE Paulínia	Controlada	100	-
SPE Rosário do Catete	Controlada	100	-
SPE Sorocaba	Controlada	100	-
SPE Tremembé	Controlada	100	-
SPE Metropolitana	Controlada	100	-
Metroplina Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	-
SPE Macelo	Controlada	100	-
SPE Orizon Pantanal 2	Controlada	100	-
Ecoparque Pantanal 2	Controlada	100	-
CGR Ambiental 2	Controlada indireta	100	-
Orizon Biogás	Controlada	100	-

¹ Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 31 de maio de 2022. ² Em 12 de setembro de 2022, a Orizon Pantanal passou a ser controlada pela Orizon Meio Ambiente após suas antigas controladoras, Fox Holding e Fox Inova, cederem suas cotas sem ônus para a nova controladora. As GDs Itapevi referem-se basicamente à empresa criada para futura geração de energia no ecoparque Itapevi.

2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint venture): Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa que tenha restrição quando sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulan-

ação, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das SPEs são preliminares conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):**

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaboraí	Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	SPE Macelo	Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	95.598	16.963	18.890	38.267	49.313	18.473	10.345	40.830	287.879
Mais valia - Imobilizado	26.023	4.154	3.762	1.176	2.544	11	-	-	37.670
Mais valia - Licenças	165.065	-	18.570	-	56.079	-	-	143.233	382.947
Mais valia - Carteira de clientes	-	-	1.000	-	-	1.799	-	-	2.799
Total das mais valias	191.088	4.154	23.332	1.176	58.623	1.810	-	143.233	423.416
Ativos líquidos identificáveis	286.686	21.117	41.422	39.443	107.936	20.283	10.345	184.063	711.295
Provisão no preço de alocação	-	-	-	-	-	-	-	(4.799)	-
Ativos líquidos identificáveis ajustado da provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	706.496
Preço de aquisição - Contraprestação	-	-	-	-	-	-	-	-	701.000
Ganho na aquisição de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.496

A Companhia avaliou a aquisição da UPI Aterros como um único bloco de investimento, considerando que as condições apresentadas somente se realizam quando da avaliação dos ativos como um todo, tendo sido o valor justo dos ativos adquiridos avaliado como R\$711.295 e o preço de aquisição R\$701.000. Com isso, na combinação de negócios realizada de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", foi auferido o resultado de R\$ 10.295, reconhecido dentro de outras receitas operacionais, na demonstração do resultado do exercício. Embora o montante não seja significativo (inferior a 2% da transação), pode-se atribuir que a compra vantajosa se deu por conta do ambiente de recuperação judicial em que se encontrava o vendedor dos ativos, bem como da posição favorável dos compradores, que eram os principais credores do alienante. As SPEs contribuíram com receitas de R\$190.397 e prejuízo de R\$9.448 da data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 na demonstração do resultado consolidado.

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaboraí	Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	Total
Recarga operacional líquida	100.208	7.748	23.022	5.194	39.851	14.374	-	190.397
Lucro líquido (Prejuízo)	6.914	(2.562)	(2.434)	(8.943)	4.820	(6.686)	(557)	(9.448)

Usando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem a intenção de incorporar os ativos adquiridos, com isso utilizando a dedutibilidade da amortização da mais valia dos ativos identificáveis, motivo pelo qual não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. **Orizon Locação Ltda. (antiga Orizon Locações Ltda.):** A Orizon Pantanal tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas da Companhia de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, que tem por objeto tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Fox Inova Ambiental S.A. ("Fox Inova") e a Fox Holding S.A. ("Fox Holding"), alienaram suas participações societárias direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. **Controladas indiretas:** **i) UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"):** Em 16 de dezembro de 2021, foi celebrado Instrumento Particular de Mútuo com Confissão de Dívida e Outras Avenças, por meio do qual a Orizon Meio Ambiente concedeu determinado crédito para a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), para fazer frente aos investimentos iniciais do projeto no âmbito da constituição da UTE Paulínia, sendo que tal mútuo foi quitado em janeiro de 2022. A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com as empresas supracitadas, visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerando o alérgo localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW Médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R\$ 18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidada da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R\$129.104, refletindo a operação total da usina termelétrica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. **Controladas indiretas:** **j) Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. ("CGR Ambiental")** Combinação de negócios: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. A aquisição ocorreu da seguinte forma: **1. Preço da aquisição:** R\$66.000 com o seguinte cronograma de pagamento: (1) R\$46.000 liquidados na data do fechamento; (2) R\$10.000 liquidados 30 dias após a data de fechamento; (3) R\$5.000 liquidados 60 dias após a data de fechamento; (4) R\$5.000 com vencimento em 5 anos, que será corrigido a partir da data de fechamento pela variação correspondente de 105% da Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido no seu contas a pagar o montante de R\$5.596. A Companhia tem a intenção de operacionalizar a gestão deste aterro com o **outro player do setor** e vem discutindo as condições contratuais para a conclusão desta negociação. No início de 2023 a companhia começou a quitar junto aos vendedores parte do valor anteriormente retido. **Controladas indiretas:** **k) Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. ("CGR Ambiental")** Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CGR Cuiabá e da CGR Ambiental são preliminares conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. Em março de 2023, a Companhia finalizou o período da mensuração dos saldos de aquisição através de formalização dos laudos finais assinados, não tendo identificado necessidade de ajustes aos saldos iniciais de aquisição. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

	CGR Cuiabá	CGR Ambiental	Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	2.492	1.136	3.628
Mais valia - Imobilizado	3.262	-	3.262
Mais valia - Licenças	56.134	5.020	61.154
Provisão de Fechamento do Aterro	(1.888)	(156)	(2.044)
Total das mais valias			



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Licença de operação (LI) (1)		Licença de operação (LO)	
Custo			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	650	2.224	
(+) Adições	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	650	2.224	
(+) Adições	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	650	2.224	
Amortização			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(410)	(1.106)	
(+) Adições	(19)	(110)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(429)	(1.216)	
(+) Adições	(18)	(98)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(447)	(1.314)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	221	1.008	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203	910	

(*) As licenças de instalação estão apresentadas na rubrica de "instalações" no ativo imobilizado. Objetivando atender ao previsto na Orientação OCP 05, os aterros sanitários (CTRN, CTRA e CTR-BM) definirão por proceder ao registro dos custos ambientais futuros decorrentes das licenças de implantação ("Lis") no ativo imobilizado e licenças de operação ("LOs") no ativo intangível, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. As controladas indiretas (aterros sanitários) realizaram o levantamento detalhado quanto aos custos e prazos dos programas relacionados à fase de implantação, bem como aqueles decorrentes das licenças de operação que vigorarão até o final das concessões, ou seja, durante toda a fase de operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não identificamos fatos relevantes que afetem os registros destas licenças. Após o registro inicial, os saldos são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia quando da realização do referido estudo. Os valores contabilizados serão amortizados mensalmente até o final das suas respectivas licenças ambientais.

12. Intangível (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aquisições:				
Novager Eco-Energia Ltda. (i)	3.533	3.533	3.533	3.533
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	35.235	35.235	35.235	35.235
Carteira de clientes	-	-	-	-
Acordo de não competição	-	-	-	193
Força de trabalho	-	-	-	11
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	8.065	8.065	8.065	8.065
Aquecem Equipamentos S.A. (i)	-	-	-	-
El Capitan Participações e Investimentos S.A. (ii)	10.107	10.107	10.107	10.107
Gaia - Gestão Ambiental da Indústria Ltda. (i)	14.933	14.933	14.933	14.933
E-Ambiental Ltda. (i)	3.990	3.990	3.990	3.990
Haztec Sul Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda. (i)	107	107	107	107
ETR Gramacho (i)	-	-	-	-
Carteira de clientes	-	-	-	490
Acordo de não competição	-	-	-	199
Rentabilidade futura ("goodwill") (i)	-	-	2.731	2.731
SPes UPI Estre Licenças	-	-	381.644	-
Carteira de clientes	-	-	2.620	-
Orizon Pantanal/CGR Ambiental Licenças	-	-	58.903	-
Provisão para fechamento de aterro	-	-	(2.045)	-
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	75.970	75.970	519.823	79.798
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	-	-	7.456	8.069
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	-	-	1.197	1.492
Subtotal - concessões	-	-	8.653	9.561
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	-	-	910	1.008
Software	384	150	900	433
Total	76.354	76.120	530.286	90.800

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) Ágio oriundo de incorporação reversa realizada em 2007.

A movimentação dos intangíveis é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	76.072	96.348
Adição de outros intangíveis	69	254
Amortização - mais-valia	-	(3.539)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(1.016)
Amortização de outros intangíveis no exercício	(21)	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.120	90.800
Adição de mais valia	-	-
Adição de intangíveis	271	452.336
Amortização - mais-valia	-	185
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(11.964)
Amortização de outros intangíveis no período	(37)	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	76.354	530.286

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do maior em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2022	Metodologia Utilizada
Remediação e Consultoria	3,75%	15%	68.062	Valor em uso
Plastimassa	5,25%	15%	8.065	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5,25%	15%	70.341	Valor em uso
ECPE	5,25%	15%	17.605	Valor em uso

Encerramento do exercício a ser findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procederá a reavaliação das UGCs e eventuais impactos de impairment.

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora	
				31/12/2022	31/12/2021
Banco ABC Brasil	Capital de giro	30/06/2023	CDI + 0,31% a.m.	6.264	18.269
		12/01/2026	CDI + 2,9183% a.a	-	-
Custos na captação de empréstimo				(32.622)	(17.228)
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 0,08% a.m	75.388	66.415
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	CDI + 3,8% a.a.	-	-
		15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a	-	-
		30/11/2028	CDI + 2,4% a.a.	925.530	502.225
Ajuste a valor presente (i)			(23.452)	(24.255)	
Total			951.108	545.426	
Circulante			6.264	12.270	
Não circulante			944.844	533.156	

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizonr adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamento, conforme detalhado nesta nota

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Banco ABC Brasil	Capital de giro	30/06/2023	CDI + 0,31% a.m.	6.264	18.269
		12/01/2026	CDI + 2,9183% a.a	28.522	12.825
Banco ABC Brasil	Capital de giro	11/10/2024	CDI + 0,2141% a.m.	-	-
Custos na captação de recursos				(32.622)	(17.228)
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 0,08% a.m	75.388	66.414
Banco Safra	Capital de giro	03/06/2024	CDI + 2,30% a.a.	15.170	-
Banco Votorantim	Capital de giro	22/07/2024	CDI + 2,60% a.a.	21.410	-
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	CDI + 3,8% a.a.	-	-
		15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a.	-	-
		30/11/2028	CDI + 2,4% a.a.	925.530	502.225
Ajuste a valor presente			(23.749)	(24.255)	
Total			1.015.913	558.250	
Circulante			37.468	16.844	
Não circulante			978.445	541.406	

(*) Ao longo do trimestre de 2022, a Companhia quitou sua dívida junto ao Credito Suisse.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	545.426	327.673	558.250	327.632
Encargos financeiros	88.252	40.397	93.119	41.046
Ajuste a valor presente	804	4.469	507	4.469
Captações/ assunções de dívida	400.000	500.000	460.000	515.000
Reconhecimento de gastos na captação de recursos	(15.394)	(17.228)	(15.394)	(17.228)
Amortização de gastos na captação de recursos	-	20.057	-	20.057
Pagamento de principal	(12.000)	(234.698)	(21.500)	(236.938)
Pagamento de juros	(55.980)	(95.244)	(59.069)	(95.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021	951.108	545.426	1.015.913	558.250

Programa de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	33.547	33.547
2025	35.092	35.092
2026	39.341	39.341
2027	33.079	33.079
2028 em diante	803.785	837.386
Total	944.844	978.445

Em 18 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Fluante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Companhia. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R\$40 milhões, possuindo cada cédula as seguintes características: 1. Cédula - R\$7.000 ("CCB 1"); Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. Vencimento: 1ª parcela em 30/03/2020 e última parcela em 25/09/2020, ou seja, encontra-se quitada. 2. Cédula - R\$33.000 ("CCB 2"); Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. Vencimento: 1ª parcela em 26/10/2020 e última parcela em 12/06/2023. As CCBs foram captadas em 28 de fevereiro de 2020 e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento de índices não financeiros, tais como: (1) Declaração de faliência; (2) Redução significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos com valores superiores a R\$5.000; dentre outros itens menos relevantes. Abaixo a tabela com fluxo de pagamentos de principal das CCBs:

Emissões	2020	2021	2022	2023
CCB1	7.000	-	-	-
CCB2	3.000	12.000	12.000	6.000
Total	10.000	12.000	12.000	6.000

Em 11 de junho de 2021, a controlada CTRNI captou o montante de R\$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante será remunerado por 100% do CDI + 0,2141% a.m. A dívida será quitada em 40 parcelas de R\$375, sendo a primeira com vencimento em 12/07/2021 e a última em 11/10/2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela controladora Orizon Meio Ambiente junto ao ABC, CTRNI - Banco Safra (Consolidado). Em 30 de maio de 2022, a controlada CTRNI captou o montante de R\$20.000 junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única. O montante será remunerado por 100% do CDI + 0,19% até o limite de 0,285% até a.m. A dívida será quitada em 4 parcelas semestrais de R\$5.000, ocorrendo o primeiro vencimento em 05/12/2022 e o último em 03/06/2024. A dívida possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de faliência; (2) Redução significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui obrigações descumpridas. CTRNI - Banco ABC do Brasil: Em 08 de dezembro de 2022, a controlada indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CDB), no montante de R\$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 09/01/2023 e a última em 12/01/2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de faliência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui obrigações descumpridas. CTRNI - Banco Votorantim: Em 22 de julho de 2022, a controlada indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R\$20.000, representado por 20.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 22/01/2023 e a última em 22/07/2024, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,6% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de faliência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui obrigações descumpridas. CTRNI - Banco Bradesco: Em 22 de junho de 2020 a dívida que a Synthesis possui junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente no montante corrigido de R\$61.954, passando a Orizon ser devedora de sua controlada direta, quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R\$23.451 (R\$24.255 em 31 de dezembro de 2021) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com intervenção e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30/04/2029. Os juros remuneratórios foram calculados até o dia 19/06/2021 a uma taxa mensal de 0,84% ao mês, equivalente a taxa anual de 10,50%. Após essa data, os juros remuneratórios passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1%, e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, aprovada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e Valores Mobiliários - CEFIN, da Orizon Valorização de Resíduos e a Orizon Valorização de Resíduos. Os valores de principal e juros começaram a ser pagos em 15 de novembro de 2023 e até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a. e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B até o encerramento do exercício corrente a findar em 31 de dezembro de 2022. No 4º trimestre de 2022, a Companhia teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas); • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamento da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar falência da devedora ou de qualquer fiduciária; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas com garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado): Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 400.000 (quatrocentos mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R\$ 400.000, (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começaram a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de junho de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamento da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar falência da devedora ou de qualquer fiduciária; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas com garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. Orizon Valorização de Resíduos - Emissões de debêntures 4ª Emissão de novas debêntures simples - não conversíveis em ações. Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia emitiu Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular"), não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fiduciárias, no valor de R\$256.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da Di+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal de 24 meses. A partir de fevereiro de 2015, os valores de principal e juros começaram a ser pagos em 11 parcelas de forma semestral até o vencimento. A referida Escritura Particular possuía originalmente alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situação de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. Esta emissão de debêntures teve como principal objetivo o alongamento do perfil da dívida com as instituições financeiras citadas acima. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 4ª Emissão de novas debêntures simples da Orizon. Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu uma Escritura Particular de Debêntures Sim



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações Contábeis são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cível	63.996	75.483	90.298	99.627
Trabalhista	5.689	5.019	7.400	6.711
Tributário	110.025	77.767	238.396	189.581
Total	179.710	158.269	336.094	295.919

Abaixo, resumo dos principais processos e suas respectivas naturezas:

Tributário

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. (15540.72012/2019-49)	43.059	38.697
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. (15540.720116/2019-47)	31.851	29.266
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540-720.015/2020-18)	25.772	23.143
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. (15540.720112/2019-69)	16.324	14.637
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2015. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (10480.729004/2018-01)	13.108	11.885
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2012. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540-720.013/2020-11)	10.590	9.506
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (10480.721482/2017-90)	11.398	10.476
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540-720.013/2020-11)	10.590	9.506
Trata-se de pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ ao final do ano calendário de 2013. (15251.720028/2020-34)	6.614	0,00
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540-720.014/2020-65)	5.347	4.794
Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal. (15540.720117/2019-91)	4.756	4.272
Tutela provisória de urgência ajuizada com o objetivo de garantir, em caráter antecedente, para que supostos débitos de ISSQN não constituam óbice à expedição de certidão de regularidade fiscal em nome da empresa. (0003475-24.2021.8.19.0001)	4.487	0,00
Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal. (15540.720115/2019-01)	4.223	3.793
Outros processos tributários	60.867	38.600
(47 casos)	(40 casos)	

Trabalhista

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (0010298-61.2013.5.14.0008)	3.000	3.000
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (0100837-74.2022.5.01.0055)	636	0,00
Outros processos trabalhistas	3.764	3.711
(61 casos)	(63 casos)	

Cível

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. (0025435-94.2005.8.26.0100)	24.935	23.408
Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. (0164804-21.2016.8.19.0001)	13.351	25.299
Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. (0017008-81.2011.8.19.0007)	8.933	33.447
Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. (0096028-61.2019.8.19.0001)	7.329	7.329
Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (1869/2021)	4.000	0,00
Ação declaratória objetivando a suspensão dos apontamentos em cadastros restritivos de crédito, bem como a percepção de eventual indenização por danos morais e materiais. (0251386-19.2019.8.19.0001)	3.157	104
Cobrança de multa oriunda de supostos descumprimentos de condicionantes de licença ambiental, resultando na interdição dos setores de funcionamento da empresa. (0005162-20.2019.8.19.0029 (E: 0003968-77.2022.8.19.0029)	2.316	1.904
Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (E-07/002.7174/2016)	1.287	0,00
Execução para cobrança de supostos aluguéis devidos. (0393482-04.2018.8.19.0001 / 0072742-64.2013.8.19.0001)	679	181
Outros processos cíveis	24.311	7.955
(76 casos)	(46 casos)	

Além das causas já mencionadas acima, a Companhia é parte de várias outras demandas judiciais e administrativas de naturezas diversas (cível, trabalhista, tributária, concorrencial etc), cuja análise jurídica da companhia e de seus advogados externos apresentam prognóstico de perda remota. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de bilocutivos judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	6.572	5.977

19. Adiantamento de clientes (consolidado)

Em 15 de outubro de 2014, a CTRNI e a CTRA firmaram contratos para fornecimento de biogás, em regime de exclusividade, do gás bioquímico extraído e coletado dos aterros sanitários de Nova Iguaçu (RJ) e de São Gonçalo (RJ), para a Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("NIEGAR") e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda. ("SGEGAR"), respectivamente, entidades que atuam na geração de energia a partir do biogás dos aterros sanitários. Os contratos de fornecimento de biogás possuem as principais características, descritas a seguir: Vigência: CTRNI - 15 de dezembro de 2034. CTRA - 10 de agosto de 2030. Preço: os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, que estabelecem demandas mínimas de 1.369 Nm³/hora para CTRA e 2.933 Nm³/hora para CTRNI (unidade de vazão Normal Metro Cúbico por Hora), reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. Compensação: conforme cláusula contratual, o adiantamento será compensado por meio de abatimento dos valores a receber das notas emitidas, à razão de 40% (quarenta por cento). No 1º trimestre de 2016, a Companhia iniciou as atividades de fornecimento de biogás ao cliente Gás Verde, posteriormente NIEGAR e SGEGAR assumiram os contratos que eram da Gás Verde perante à CTRNI e CTRA. Em 2017 a Gás Verde quitou o saldo que a CTRA possuía em aberto junto ao Fornecedor Banco como forma de adiantamento contratual estabelecido para o início da operação de comercialização do biogás, no valor de R\$14.000. Este adiantamento foi reconhecido pela CTRA como uma obrigação junto a Gás Verde e passou a ser compensado quando do início da operação de comercialização de biogás. O adiantamento tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde. Em 27 de fevereiro de 2015, a controlada direta CTRNI também recebeu adiantamento da Gás Verde (posteriormente NIEGAR) para a comercialização de Biogás, no montante total de R\$9.308, sendo R\$7.308 em caixa e R\$2.000 por meio de compensação de dívida de parte relacionada. Adicionalmente, conforme contrato firmado entre as partes, em virtude da prorrogação do prazo de concessão do aterro sanitário, em julho de 2017, a CTRNI recebeu novo adiantamento do cliente Gás Verde no montante de R\$10.000. Os montantes foram reconhecidos pela CTRNI como uma obrigação junto a Gás Verde (posteriormente NIEGAR) e desde o início da comercialização de biogás tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde/ NIEGAR. A partir de 2018, as controladas CTRNI e CTRA começaram a faturar e receber os valores com base nas medições correntes. Conforme descrito na Nota 13, os recebíveis da venda de biogás foram oferecidos em garantia para a operação com o Credit Suisse em junho de 2020, anteriormente os recebíveis eram dados em garantia da operação com o FIDC NP, liquidado também em junho de 2020. A dívida junto ao Credit Suisse foi quitada no final de 2021. Conforme divulgado na nota 5, as partes assinaram Termo Aditivo ao Memorando de Entendimentos, liquidando os valores que estavam em aberto até 31 de dezembro de 2021. Abaixo, movimentações dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.920	18.450
Adiantamentos recebidos	7.614	14.167
Compensações	(423)	(20.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.111	12.543
Adição por incorporação	14	-
Ingressos	-	4.786
Compensações	(10.955)	(48.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.514	21.928

20. Contas a pagar

Arbitragem: Em 31 de janeiro de 2012 a Biogás instaurou procedimento de arbitragem referente ao Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ativo¹ contra a Companhia, tendo a mesma reconhecido idêntica diante de Sentença Arbitral. Em 15 de outubro de 2014, a Orizon Meio Ambiente e a Biogás assinaram Instrumento Particular de Assunção de Dívidas. Por este instrumento, as controladas CTRNI e CTRA assumiram a dívida integral da Orizon Meio Ambiente (R\$26.480 no data-base do acordo) já acrescida dos encargos. Deste valor, a CTRA assumiu o montante de R\$9.930 e a CTRNI o montante de R\$16.550. Por sua vez, a Biogás transferiu o direito destes valores a receber para a Gás Verde, o qual possuía contratos firmados com a CTRA e CTRNI para aquisição de biogás gerado na operação dos aterros sanitários. Com base nos termos supracitados, foi acordado que valores agora devidos pela CTRA e CTRNI para a Gás Verde (NIEGAR/SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada dívida pela mesma. Em 22 de junho de 2020, a Companhia juntamente com a NIEGAR e SGEGAR assinaram termo de ratificação de entendimentos e confirmação de valores para compensação de saldos a receber do contrato de comercialização de biogás com os saldos provisionados de arbitragem. Em 31 de dezembro de 2022, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTR NI	CTRA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.945	8.350	14.295
Compensações com valores faturas de biogás	-	(272)	(272)
Correções monetárias	151	580	731
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.096	8.658	14.754
Compensações	(6.935)	(3.404)	(10.339)
Correções monetárias	864	314	1.178
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25	5.568	5.593

Aquisição de empresas - Aquisição SPES - UPI Estre: Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril a Companhia concluiu o processo de aquisição das SPES UPI Estre. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Total
Preço de aquisição - 19/04/2022	125.000	8.482	195.000	75.000	113.455	516.937
Preço de aquisição - 12/02/22	-	-	-	-	184.063	184.063
Pagamentos realizados de abril a setembro/2022	(125.000)	(8.482)	(210.884)	(12.496)	-	(356.862)
Correções monetárias	-	-	15.884	-	-	15.884
Marcação a mercado para valorização de ações	-	-	-	27.300	27.300	27.300
Ajuste a valor presente	-	-	-	(15.209)	-	(15.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	47.295	324.818	372.113	

O montante foi liquidado por transferência de recursos na data de aquisição. O montante foi liquidado pela transferência dos créditos detidos pela FIDC Orizon. O montante deveria ser liquidado no prazo de 21 meses após a data de aquisição, e corrigido pela variação do IPCA + 11% a.a. Contudo, em dezembro de 2022, a Companhia optou por antecipar o pagamento integral desta parcela através de recursos captados na emissão de debêntures. O evento não gerou custos de pré-pagamento. O montante será

liquidado em 48 parcelas fixas e irrevogáveis de R\$1.562. Em 31/12/2022 ainda havia 43 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuem incidência de juros, a Companhia calcula o ajuste a valor presente. Este montante está registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio líquido e está apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPES UPI Estre. Vide nota 20. Abaixo, cronograma de pagamento da dívida aquisição das SPES: 2024 - 11.824; 2025 - 11.824; 2026 - 11.824; Total - 35.472

21. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social era de R\$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integradas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	3.510	100%

Em 28 de julho de 2019, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Investimentos no Exterior ("Fundo Multisetorial Plus") e a Inovatec Participações S.A. ("Inovatec") assinaram instrumento na qual transferiu suas ações e debêntures conversíveis para a Inovatec deixando de ser acionista da controladora. Em 26 de julho de 2019, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Investimentos no Exterior ("Fundo Multisetorial Plus") e a Inovatec Participações S.A. ("Inovatec") assinaram instrumento na qual transferiu suas ações e debêntures conversíveis para a Inovatec deixando de ser acionista da controladora. b) **Bônus de Subscrição:** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nos 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) **Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) **Prejuízo básico e diluído por ação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	(82.609)	59.337
Quantidade de ações ordinárias	3.510	3.458
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação	(23,54)	17,10
Quantidade de ações ordinárias	3.510	3.458
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação	(23,54)	17,10

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22. Receita operacional líquida

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	130.897	61.015
Deduções da receita bruta	(2.255)	(1.192)
Programa de Integração Social - PIS	(1.192)	(7.676)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(10.389)	(4.267)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(6.165)	(2.739)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(258)	(243)
Outros	332	(867)
Total dos impostos incidentes	(18.735)	(9.308)
Receita operacional líquida	112.162	51.707

23. Custos e despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	(29.664)	(27.333)
Materiais de produção e consumo	(20.250)	4.501
Depreciação e amortização	(20.305)	(21.484)
Serviços de terceiros	(13.870)	(21.360)
Aluguéis	(3.134)	(1.916)
Outorgas	-	-
Energia	(1.290)	(60)
Combustíveis	(5.158)	(125)
Frete	(369)	(34)
Contingências	-	4.842
Outros	(8.672)	(10.640)
Total	(102.712)	(76.209)

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	43.917	53.722
Ajuste a valor presente	1.285	1.847
Variação cambial ativa	2.546	1.082
Rendimentos de aplicações financeiras	107.563	51.606
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	18	286
Descontos financeiros obtidos	4.544	603
Outras receitas financeiras	(6.150)	(5.823)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	153.723	101.476
Despesas financeiras	(452)	(7)
Variação cambial passiva	(106.955)	(40.875)
Juros de empréstimos e financiamentos	(71.382)	(4.469)
Ajuste a valor presente	-	(1.659)
Multa e juros ⁽²⁾	-	(141)
Desconto concedido	-	(1.864)
Baixa de saldos por cessação de dívidas	-	(2.597)
Amortização de gastos diferidos na captação de recursos	-	(20.057)
Correções de saldos a pagar de aquisições de empresas ⁽¹⁾	(27.300)	(43.184)
Custo pré pagamento dívidas	(484)	(11.560)
Outras despesas financeira	(3.262)	(4.123)
Total	(209.835)	(84.755)
Resultado financeiro, líquido	(66.112)	16.721

⁽¹⁾ Valor referente atualização dos saldos a pagar pela aquisição das SPES e CGRs em 2022. ⁽²⁾ Valor referente atualização dos saldos de arbitragem e adiantamentos de biogás das controladas indiretas CTRNI e CTRA.

25. Informações por segmento

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Tratamento e destinação	Energia e biogás e crédito de carbono	Beneficiário de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receita operacional líquida	441.534	46.299	20.878	42.807	551.518
Custo dos serviços prestados	(278.382)	(11.746)	(36.660)	(56.691)	(383.479)
Lucro bruto antes da depreciação	163.152	34.552	(15.781)	(13.884)	168.039
Custos de depreciação	-	-	-	-	(20.305)
Lucro bruto	-	-	-	-	147.734
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	-	(104.851)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	-	1.830
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	(103.021)
Resultado financeiro	-	-	-	-	157.839
Receitas financeiras	-	-	-	-	(251.646)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(93.807)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	7.177
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(41.377)

Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	(10.359)	(9.308)
Corrente	(10.359)	(9.308)
Diferido	(82.609)	(59.337)

26. Compromissos (cons



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros: Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Ativos (Consolidado)	Saldo	Cenário	Cenário I	Cenário II
Operação	31/12/2022	provável	Δ 25%	Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - trimestre findo em 31/12/2022	12,39%			
Aplicações financeiras (Nota 4; 10)	421.408	406.937	416.373	425.810
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2022		8,96%	11,20%	13,44%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - período findo em 31/12/2022		(14.471)	(5.035)	4.402
Passivos (Consolidado)	Saldo	Cenário	Cenário I	Cenário II
Operação	31/12/2022	provável	Δ 25%	Δ 50%
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	1.015.913	981.027	1.003.776	1.026.525
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2022		8,96%	11,20%	13,44%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - período findo em 31/12/2022		(34.886)	(12.137)	10.612

(*) Fonte: BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br).

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: **Caixa e equivalentes a caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:** Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Empréstimos e financiamentos:** A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. **Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:** Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. **Partes relacionadas:** Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

28. Cobertura de seguros (consolidado)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se a coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

29. Transações não envolvendo caixa (Consolidado)

Saldos a pagar por aquisição de participação societária que não impactarão o caixa da Companhia	297.518
Saldo pago por aquisição de participação societária através de cessão das debêntures do FIDC	(8.482)

30. Eventos subsequentes

Aquisição de participação societária: Em 17 de janeiro de 2023, a Orizon Valorização de Resíduos adquiriu através da companhia Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R\$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A Transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida do CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. Após essa importante aquisição, a Companhia passou a deter através de suas investidas, 14 ecoparques, ampliando sua presença geográfica para 9 estados brasileiros. **Incorporação SPE Paulínia:** Em 28 de fevereiro de 2023, a SPE Paulínia foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$116.014, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Diretor
CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade

Contador - CRC/RJ 115836/O-8
CPF 114.816.477-41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Orizon Meio Ambiente S.A.** Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Meio Ambiente S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Combinação de negócios: Conforme divulgado nas notas explicativas 1.g 1.j às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu em 19 de abril de 2022, todas as condições previstas na proposta vinculante e demais documentos correlatos. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionadas ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a leitura dos documentos relacionados as transações, tais como contratos e atas e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (iv) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas 1.g e 1.j.m às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado, ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota 12. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização

de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos, constituindo substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 2.2 às demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos ajuste de auditoria que não foi registrado pela diretoria tendo em vista a sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP015199/F
Glauco Dutra Silva
Contador CRC-RJ090174/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 04/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/04/ORIZON1568723404042023.pdf>
Hash:16805594424e9bca0d62344a588cf682e0c575edd7